

Deliberações n.os 294/2016 e 296/2016 (extrato), publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 43, de 2 de março de 2016, e pela Deliberação n.º 1071/2016 (extrato), publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 1257, de 1 de julho, que cria as unidades orgânicas flexíveis dos serviços centrais.

A Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.os 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto, e 128/2015, de 3 de setembro, prevê o exercício de cargos dirigentes em regime de substituição, nomeadamente no caso de vacatura do lugar.

É necessário designar o dirigente da Divisão de Avaliação Ambiental e Ordenamento do Território (DAAOT) do Departamento de Planeamento e Assuntos Internacionais (DPAI), por forma a assegurar o regular funcionamento dos serviços.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, e no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, ambas na redação atual, o Conselho Diretivo deliberou, em 26 de setembro de 2017, por unanimidade, designar em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço, para o exercício do cargo de chefe de divisão da DAAOT, do DPAI, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2017, o mestre Edward Aguiar de Andrade, técnico superior do mapa de pessoal do ICNE, I. P., o qual reúne os requisitos legais e é detentor de aptidão técnica para o exercício de funções de direção, de coordenação e controlo, conforme resulta da nota biográfica publicada em anexo.

27 de dezembro de 2017. — O Vice-Presidente do Conselho Diretivo, *Paulo Salsa*.

Edward Aguiar de Andrade

Data de Nascimento 09-12-1982, África do Sul
Formação Académica

Licenciatura (Pré-Bolonha) pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra com especialização em ciências jurídico-públicas (2007).

Pós-Graduação em Justiça Administrativa e Fiscal pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2010).

Mestrado em Ciências Jurídico-Económicas pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto (2016).

Formação Profissional Específica

Diplomado do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (13.ª Edição) pela Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções públicas — INA (2013).

Experiência Profissional no âmbito de funções públicas

Técnico Superior do Gabinete de Apoio Jurídico (2014-2017).

Técnico Superior da Divisão de Apoio Administrativo e Financeiro do Departamento da Conservação da Natureza e Florestas do Centro (2013-2014).

Exercício de funções laborais no direito público, com especialização nos domínios de direito ambiental, florestal e de ordenamento do território: assessoria jurídica; elaboração de pareceres jurídicos no âmbito do procedimento administrativo gracioso; instrução e acompanhamento de processos de contraordenação e de embargo; elaboração de protocolos e contratos; interlocutor do livro de reclamações; participação em diversas iniciativas legislativas; apreciação de pedidos de responsabilidade civil extracontratual do Estado; instrução dos processos de inquérito e disciplinares; elaboração de pareceres relativamente a medidas de política nos domínios da conservação da natureza e florestas e dos planos setoriais; assessoria jurídica relativamente à interpretação, revisão, alteração e adaptação dos instrumentos de gestão territorial das áreas protegidas e de ordenamento florestal; assessoria jurídica e apoio nas matérias protocolares relativamente aos instrumentos de financiamento para a conservação da natureza e das florestas.

Trabalhos Específicos

Participação no grupo de trabalho sobre a recondução dos planos especiais no âmbito da reforma do ordenamento do território (2017).

Participação na Ação de Fiscalização Nacional «Furtivismo e práticas ilegais de captura» (2017).

Participação no grupo de trabalho sobre o Acesso aos Recursos Genéticos e a Partilha Justa e Equitativa dos Benefícios decorrentes da sua utilização, no âmbito da aplicação do Protocolo de Nagoya — Regulamento ABS — Access and Benefit-Sharing (2017).

Participação no grupo de trabalho sobre a revisão do regime jurídico da rede viária florestal (2016).

Participação no grupo de trabalho sobre a revisão do regime jurídico do lobo ibérico, *canis lupus signatus*, Cabrera, 1907 (2016).

Experiência Profissional Anterior

Consultor Sénior da Divisão de Impostos Indiretos da Deloitte & Associados SROC, S.A (2010-2012).

Consultor da Divisão de IVA da Deloitte & Associados SROC, S.A (2008-2010).

Analista da Divisão de IVA da Deloitte & Associados SROC, S.A (2007-2008).

Exercício de funções laborais no direito fiscal, com especialização nos domínios de impostos indiretos e direitos aduaneiros: prestação de serviços de consultoria fiscal; realização de projetos de otimização fiscal; apoio e acompanhamento no âmbito do procedimento tributário; monitorização e análise de legislação nacional e da União Europeia.

Publicações

«Responsabilidade Contraordenacional Ambiental» in Revista do Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente, Vol. 33 (2014);

Proposta de reengenharia do processo de referenciação de doentes do Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E. P. E. in 13.ª Conferência da Associação Portuguesa de Sistemas de Informação (2013).

311045332

MAR

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 821/2018

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.os 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de secretária pessoal do meu Gabinete Maria Salete Oliveira do Rosário Raposo Casimiro.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos dos n.os 12 e 13 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 1 de novembro de 2017.

11 de janeiro de 2018. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome: Maria Salete Oliveira do Rosário Raposo Casimiro
Data de nascimento: 27 de março de 1954

Habilitações académicas:

12.º ano de escolaridade.

Experiência profissional:

Departamento de Estatística no Instituto dos têxteis, Ministério da Economia (1973/1989)

Departamento de Operações de Pesca da Direção-Geral das Pescas (1989/1998)

Secretária do Conselho de Administração do Forpescas (1998/2003)

Secretária da Direção Superior da Direção-Geral das Pescas e Aquicultura (2003/2012)

Secretária da Direção Superior da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (2012/2016)

Apoio às Candidaturas ao Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca na Divisão da Frota da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (2016/2017)

Secretariado do Conselho de Administração da Docapesca, Portos e Lotas, SA (março a outubro 2017)

311059305

Gabinete do Secretário de Estado das Pescas

Despacho n.º 822/2018

1 — Em aditamento ao Despacho n.º 5491/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 23 de julho, e para efeitos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, determino que os encargos com a remuneração do licenciado Carlos Manuel Sousa Martins, designado para exercer funções de Técnico Especialista, são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu Gabinete.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de janeiro de 2018.

10 de janeiro de 2018. — O Secretário de Estado das Pescas, *José Apolinário Nunes Portada*.

311055466